

A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias

Mariângela Spotti Lopes Fujita

**Professora Titular do Depto de Ciência da
Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências da
UNESP – Campus de Marília**

María del Carmen Agustín Lacruz

**Profesora Titular de Universidad. Dpto CC. de la
Documentación e H.^a de la Ciencia
Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de
Zaragoza España**

Raquel Gómez Díaz

**Profesora Titular de Universidad. Dpto. de
Biblioteconomía y Documentación. Facultad de
Traducción y Documentación. Universidad de
Salamanca. España**

Na atualidade a atribuição dos descritores de assuntos ou indexação do conteúdo dos livros, nem sempre está associada ao contexto concreto de cada biblioteca, provocando, em muitos casos, que a recuperação por assuntos não resulte adequada. Neste trabalho analisam-se os principais desafios e perspectivas da indexação dos livros, os avanços de análises de assuntos nos catálogos de bibliotecas, examinam-se procedimentos, instrumentos, regras e condutas utilizadas nas análises e representação do conteúdo dos livros. Também se mostra a interação entre o ensino, a pesquisa e a atuação profissional necessária para que os estudantes possam desenvolver competências na análise, na representação e na procura da informação, assim como os princípios – provavelmente menos evidentes – da organização do conhecimento. Este trabalho coloca em evidência que as políticas de gestão da informação, mais quantitativas que qualitativas, deixam num segundo plano o processamento intelectual do conteúdo prejudicando, desta maneira, a recuperação por assuntos através do catálogo da biblioteca. Finalmente, se recolhe uma serie de propostas docentes relacionadas com a atribuição de descritores de assuntos em contextos bibliotecários.

Palavras-chave: *Indexação de livros; Ensino da indexação; Catalogação de assuntos.*

The current state of indexing in library tasks

At present the assignment of subject descriptors or indexing the content of books is not always associated to the specific context of each library, resulting in many cases in the retrieval of not appropriate materials. This paper analyzes the main challenges and prospects for the indexing of books, progress in the analysis of materials in library catalogs, reviews the procedures, instruments, rules and behaviors used in the analysis and representation of the contents of books. It also shows the interaction between teaching, research and performance necessary for students to develop skills in analysis, representation and information retrieval, and the principles-perhaps less obvious - of knowledge organization. The study shows that the policies of management information, more quantitative than qualitative, leave in the background intellectual processing content, thus impairing the retrieval of materials through the library catalog. Finally, the proposal contains a number of teaching materials related to the descriptors allocation in library contexts.

Keywords: *Subject Indexing; Teaching books indexing; Cataloguing materials.*

Recebido em Aceito em 30.08.2011 Aceito em 25.01.2012

1 Introdução

Para afiançar o cumprimento dos objetivos que as políticas institucionais dos estados modernos propõem em matéria educativa é preciso que os programas formativos das universidades e a atividade profissional de alto nível mantenham uma vinculação estreita.

Neste sentido, uma das principais intenções desta publicação consiste em verificar, sem efeito comparativo, este pressuposto no âmbito das Ciências da Informação e Documentação na Espanha e no Brasil especialmente no que se refere ao binômio da Indexação e de tarefas bibliotecárias relacionadas com a catalogação por assuntos.

Ambas as dimensões mantêm entre si uma relação dinâmica e complexa sobre o que é preciso refletir, para compreender a maneira pela qual a evolução do exercício profissional afeta os conteúdos formativos e analisar os desafios que o entorno bibliotecário projetam no ensino da indexação nas aulas universitárias.

Nas grades curriculares de Biblioteconomia (Brasil) e Informação e Documentação (Espanha), os conteúdos curriculares relacionados com os processos de análises e representação dos conteúdos temáticos dos livros em contextos bibliotecários, nem sempre são abordadas de maneira adequada, inclusive nas disciplinas que se denominam indexação nem em outras que adotem denominações relacionadas.

Entretanto, a aquisição desta competência é importante para a formação curricular dos estudantes destas graduações.

As razões que justificam a necessidade de saber indexar monografias — ou livros¹, em sentido amplo— são variadas.

Por uma parte, é óbvia a conveniência de que as bibliotecas contem com descritores do conteúdo de suas coleções suficientemente precisas, já que a maior parte das demandas da informação submetidas pelos usuários apresenta um enfoque de natureza temática e não é habitual que conheçam de forma precisa nem a autoria nem os títulos das obras desejadas.

Para isto, uma boa indexação possibilita a recuperação pertinente e profunda das coleções bibliográficas armazenadas. Certamente os programas de catalogação cooperativa aligeiram e aliviam o volume do

¹ Embora do ponto de vista bibliotecário, o termo monografia reflete a tipologia documental que fazemos referência, também podemos utilizar a palavra livro na sua aceção legal, seja na Espanha como no Brasil. A Lei 10/2007, de 22 de junho, da leitura, do livro e das bibliotecas espanholas, no seu artigo 2, define livro como “uma obra científica, artística, literária ou de qualquer outra índole que constitua uma publicação unitária seja em um ou vários volumes e que pode aparecer impressa ou em qualquer outro suporte susceptível de leitura. Na definição de livros estão incluídos, para efeitos desta Lei, os livros eletrônicos e os livros que se publiquem ou difundam pela Internet ou em outro suporte que possa aparecer no futuro, os materiais complementares de caráter impresso, visual, audiovisual ou sonoro que sejam editados conjuntamente com o livro e que ainda participem do caráter unitário do mesmo, assim como qualquer outra manifestação editorial”.

Assim no âmbito brasileiro, a Lei Nº 10.753, de 31 de outubro (BRASIL, 2003), no seu artigo 2 considera que o livro é “uma publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento”. Entretanto, se equiparam ao livro “os fascículos, as publicações de qualquer natureza que representem parte de livro; os materiais avulsos relacionados com livro, impressos em papel ou em material similar; os roteiros de leitura para controle e estudo de literatura ou de obras didáticas; os álbuns para colorir, pintar, recortar ou armar; os atlas geográficos, históricos, anatômicos, mapas e cartogramas; os textos derivados de livro ou originais, produzidos por editores, mediante contrato de edição celebrado com o autor, com a utilização de qualquer suporte; os livros em meio digital, magnético e óptico para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual; os livros impressos no Sistema Braille.”

trabalho dedicado a tarefas de catalogação descritivas, contudo, a catalogação por assuntos requer conhecimentos contextuais muito importantes, relativos à determinados aspectos como o comportamento informacional dos usuários e políticas de indexação da biblioteca que se referem à seleção de termos com especificidade, exaustividade e correção e ao uso da linguagem documentária.

Assim, é necessário considerar que, em um contexto de trabalho relacionado com os sistemas bibliotecários, existem perfis profissionais e oportunidades de trabalho orientadas para o tratamento temático.

Neste trabalho analisam-se os principais desafios e perspectivas da indexação dos livros e os avanços da análise de assuntos nos catálogos de bibliotecas, examinando-se procedimentos, instrumentos, regras e condutas. Também se mostram possibilidades de interação entre o ensino, a pesquisa e a atuação profissional necessária para que os estudantes possam desenvolver competências na análise, na representação e na procura da informação, assim como os princípios – provavelmente menos evidentes – da organização do conhecimento.

2 Alguns aspectos históricos

No âmbito dos serviços de informação, a extensão das tecnologias informáticas iniciadas nas últimas décadas do século passado deixaram importantes transformações. Ampliaram-se as capacidades de gestão e difusão dos recursos bibliográficos, a prestação de serviços e as funções desempenhadas pelas bibliotecas mudaram de forma irreversível devido a acontecimentos como a automatização das tarefas documentais, o crescimento do acesso em linha à bases de dados e a chegada da internet aos centros de informação (AGUSTÍN LACRUZ, 1998, p. 52-54). Como resultados destas mudanças, a forma de administrar, estruturar e representar a informação se modificou de maneira substancial. Os catálogos antes manuais com fichas se tornaram automatizados e, em seguida, disponíveis online para seu acesso público e as ferramentas informáticas influenciaram o modo de trabalho dos bibliotecários e a forma de gestionar a informação.

Este processo teve lugar em diferentes velocidades e de forma assíncrona nos distintos tipos de centros bibliotecários e nos diferentes países, segundo suas próprias dinâmicas de desenvolvimento. Para abordar o estudo das mudanças se analisam os seguintes aspectos:

- a) os efeitos das tecnologias;
- b) a influência sobre os catálogos online das bases de dados;
- c) o imobilismo normativo;
- d) a evolução das tarefas profissionais sobre a manutenção dos catálogos;
- e) o envelhecimento dos instrumentos léxicos e terminológicos;
- f) a perda de relevância das ferramentas documentais.

2.1 Os efeitos das tecnologias

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) tornaram possível que os sistemas bibliotecários realizassem de forma compartilhada numerosas tarefas técnicas (catalogação, classificação etc.) as quais, anteriormente, tinham que dedicar muitos recursos. Neste momento, prevaleceu uma perspectiva orientada ao controle bibliográfico, que procurou garantir a qualidade dos registros nos aspectos descritivos, relacionados com a autoria e a titulação, a editorial, o ano de edição, etc.

Efetivamente, desde meados da década de oitenta do século XX, a maior parte das grandes bibliotecas em nível mundial começaram a automatizar a sua gestão e os seus processos técnicos. Acompanhando a aquisição dos custosos pacotes de software bibliotecário, as empresas provedoras incluíam como um valor agregado um conjunto considerável de registros bibliográficos, que podiam ser incorporados com facilidade aos OPAC locais, além de uma novidade tecnológica como terminais, justificava o fato que existam registros bibliográficos eletrônicos disponíveis.

As TICs fizeram possível a conversão retrospectiva dos catálogos manuais, mediante a transformação dos registros bibliográficos em formatos legíveis por computador, em catálogos automatizados. A continuidade deste processo ficou garantida pela solidez das experiências de cooperação entre as bibliotecas, que proporcionavam gratuitamente seus próprios registros para seu uso no mesmo formato de metadados (FUJITA, 2009c).

Porém, por trás desta aparente facilidade que permitia a realização da catalogação retrospectiva e o controle bibliográfico, certamente, as bibliotecas estavam também adotando importantes decisões relativas à suas propostas de ofertas de serviços, especialmente, no relativo às políticas de representação e recuperação da informação (políticas de indexação).

2.2 A influência sobre os catálogos online das bases de dados

O professor Fattahi (1998) contribuiu com um interessante ponto de vista a respeito da tendência à integração entre as bases de dados bibliográficos e os serviços de indexação e resumo, no contexto dos catálogos online. Esta aproximação constitui uma janela aberta para todo o corpus bibliográfico, o que torna os serviços de indexação e resumos fatores para o fortalecimento do catálogo. Neste cenário, o usuário espera que exista uma maior consistência dentro e entre ambos os sistemas. Fattahi refere também, que a introdução das novas tecnologias provocou que a catalogação nas bibliotecas e os serviços de indexação tivessem um impacto recíproco, devido aos seguintes fatores:

- a) a integração e a acessibilidade dos diferentes catálogos online e dos serviços de indexação e resumo através de um mesmo terminal;

- b) a consecução de uma maior eficácia nas capacidades de procura e recuperação nos catálogos das bibliotecas, como reflexo do atingido nos serviços de indexação e resumo;
- c) a inclusão dentro dos catálogos bibliotecários de um amplo espectro de publicações (teses acadêmicas, atas de congressos, informes de investigação, etc.) emulando as atividades realizadas pelos serviços de indexação e resumo, bem como dos princípios e regras usadas na criação das bases de dados;
- d) a simplificação das interfaces de acesso aos catálogos bibliográficos, que começaram a se preocupar para conseguir uma melhor interação com o usuário e uma maior amigabilidade.

2.3 O imobilismo normativo

Martinho e Fujita (2010), na análise de desenvolvimento histórico da normalização da catalogação descritiva e da catalogação temática, colocam em evidência a semelhante evolução de ambas.

Enquanto, a primeira tem se desenvolvido e atualizado de forma ininterrupta – seja na práxis profissional como nos aspectos normativos – desde a publicação de *“Rules for a dictionary catalog”* de C. A. Cutter, em 1876, até as *Anglo-american cataloging Rules (AACR)* e as *International Standard Bibliographic Description (ISBD)* ao contrário, a catalogação de assuntos experimentou um desenvolvimento mais pausado.

A normalização da catalogação de assuntos teve sua origem também no ano de 1876 com a mesma obra de Cutter. Em 1941 a *American Libraries Association (ALA)* publicou um documento no qual se definia um conjunto de regras para a catalogação de assuntos.

Autores como Foskett (1977), Reynolds (1989), Chan (1989) e Young (1990) têm analisado diferentes aspectos da descrição temática, especialmente no que refere aos problemas de suas diretrizes e sua regulamentação. Todos eles concordam em considerar a catalogação de assuntos como um processo subjetivo de maior complexidade técnica que a catalogação descritiva.

Por outra parte, Martinho e Fujita (2010) consideram que se ocasionou um importante “atrofiamento normativo” na elaboração de regras, normas e códigos, embora “os estudos sobre a catalogação temática constituem um ponto fundamental para sustentar produtos no auxílio da investigação de acervos e coleções”.

Este “imobilismo” normativo dificultou o desenvolvimento da catalogação de assuntos no âmbito profissional, científico e tecnológico.

Enquanto, as tecnologias e a automatização dos catálogos tornaram possíveis as estratégias de recuperação da informação cada vez mais refinadas e precisas, as diferentes gerações de profissionais permaneceram passivas no que se refere a tomada de decisões sobre as políticas orientadas à melhoria dos processos de catalogação por assuntos para esses mesmos catálogos.

2.4 A evolução das tarefas profissionais sobre a manutenção dos catálogos

O efeito da conversão retrospectiva dos registros bibliográficos e da catalogação cooperativa foi muito importante, uma vez que foi possível apressar uma mudança dos catálogos manuais de acesso local convertendo-os em servidores acessíveis online. Este fato modificou a própria concepção do catálogo, já que até esse momento era considerado como um objeto auxiliar para a salvaguarda da memória da coleção bibliográfica.

A nova dimensão que adquiriram os catálogos tornou necessário que os profissionais se dedicassem de maneira prioritária, entre outras novas tarefas, a normalizar os registros de autoridades, pois o acesso global evidenciava as inconsistências dos cabeçalhos das autoridades e dos títulos.

Por outra parte, a automatização dos catálogos provocou uma transformação dos tempos de trabalho dedicados aos diferentes processos bibliográficos e conseqüentemente gerou um redimensionamento das tarefas bibliotecárias.

Assim, as tarefas de catalogação, tão árduas e laboriosas, agora resultavam relativamente simples e rápidas.

Para redigir manualmente um registro catalográfico, um bibliotecário precisava dispor fisicamente de um exemplar do livro, e assim manipulá-lo, folheá-lo, examinar o seu conteúdo e finalmente realizar os processos de: registro, catalogação descritiva, redação de pontos de acesso bibliográficos (autor e título) e temáticos (alfabéticos de assuntos e sistemáticos de classificação auxiliados por ferramentas de representação: as linguagens documentais) e finalmente a redação dos localizadores numéricos (número de autor e número de classificação) para facilitar a ordenação física dos exemplares.

Estas tarefas pertencem, pelo menos, a três categorias distintas de processos relacionados com:

- a) a gestão da coleção (registro e ordenação);
- b) o tratamento descritivo (catalogação descritiva e redação de pontos de acesso de autor e título) e
- c) o tratamento temático (redação de pontos de acesso alfabéticos e sistemáticos de classificação com o uso de linguagens documentais).

Entretanto, a digitalização em geral dos catálogos substituiu uma boa parte da atividade bibliotecária orientada aos aspectos tecnológicos e se estendeu como prática comum a inclusão sem modificações dos registros capturados, sem supervisionar nem contextualizar, nem adaptar a descrição temática realizada.

Obviamente, isto implicou que em honra da quantidade de registros incorporados, se sacrificaria a qualidade da indexação temática dos mesmos.

A apropriação e incorporação de registros bibliográficos realizados em outros sistemas bibliotecários minoraram de maneira substancial a dedicação dos profissionais à representação temática contextualizada segundo cada ambiente bibliotecário e os seus respectivos domínios temáticos especializados.

2.5 O envelhecimento dos instrumentos léxicos e terminológicos

De maneira geral, as ferramentas que se utilizam na indexação temática são corpos léxicos resultantes de processos laboriosos de controle e sistematização sintática e semântica. São instrumentos valiosos e apreciados para alcançar a pertinência na representação e recuperação temática, mas habitualmente são também muito custosos de elaborar e manter atualizados.

Por outra parte, a natureza social da informação armazenada pelas coleções bibliográficas requer que estas ferramentas acompanhem sua organização semântica à evolução da terminologia e das relações conceituais estabelecidas em cada domínio temático e em cada contexto sócio cultural.

Assim, se as ferramentas de representação temática não se mantêm atualizadas, perdem a sua capacidade para interagir como sistema de representação e mediação entre coleções e usuários, e se tornam obsoletas e pouco úteis.

Neste sentido, a Lista dos Cabeçalhos de Assuntos para as Bibliotecas Públicas, publicada na Espanha pela primeira vez no ano de 1986 e atualizada na segunda edição de 1994 (MINISTERIO DE CULTURA, 1994), constitui um caso paradigmático desta obsolescência.

Esta lista, atualmente se encontra disponível numa edição digital similar, a disposição pública, pelo Ministério de Cultura espanhol². Não obstante, sua completa falta de atualização tem provocado que possa ser utilizada unicamente para a formação dos futuros bibliotecários.

A Lista de Autoridades de Assunto do BIBLIODATA mantida pela Fundação Getúlio Vargas com base na tradução da Library of Congress Subject Headings (LCSH) apresenta estrutura de relacionamento entre termos defasada. Em recente trabalho de Boccato e Fujita (2011, p.8), se indica que "a edição base da tradução dos termos da *LCSH*, para os constituintes do repertório terminológico da Lista de Autoridades de Assuntos do BIBLIODATA é datada de 1996".

Em pesquisa diagnóstica realizada em 8 Bibliotecas Nacionais de países da América Latina, Fujita e Gil Leiva (2009) se corrobora uma alta taxa de envelhecimento nas linguagens de indexação utilizadas em Bibliotecas Nacionais do âmbito latinoamericano.

Neste trabalho se compilam as principais ferramentas utilizadas nas bibliotecas nacionais tais como se mostra no Quadro 1.

² Disponível em: <<http://www.mcu.es/bibliotecas/MC/LEMBP/index.html>>. Acesso em: 13 fev. 2012 .

Quadro 1 – Linguagens de indexação utilizadas por Bibliotecas Nacionais da América Latina

Bibliotecas Nacionais	Linguagens de indexação
<i>B. Nacional do Uruguai:</i>	LEM Carmen Rovira, 1967; LEM CSIC ; LEM BU Sevilla ; LEMB Luis Ángel Arango; LCSH
<i>B. Nacional do Paraguai:</i>	LEM Carmen Rovira, 1967; LEM Bcas públicas España ; Tesouro de la UNESCO
<i>B. Nacional do Chile:</i>	Library of Congress Subject of Headings (LCSH) traduzida; Lista de Cabeçalhos de Assuntos própria;
<i>B. Nacional do Peru:</i>	LCSH desde 1994; LEMB Luis Ángel Arango; LEM CSIC
<i>B. Nacional do Equador:</i>	Arquivo de autoridades de assuntos em Formato MARC. Armarc para pequenas bibliotecas. Colombia, 2007; LEMB Luis Ángel Arango, 1985.
<i>B. Nacional da Colômbia:</i>	LEMB Luis Ángel Arango; Tesouro de música
<i>B. Nacional do Panamá:</i>	LEMB Luis Ángel Arango
<i>B. Nacional da Costa Rica:</i>	LEMB Luis Ángel Arango

Fonte: Adaptado de FUJITA, GIL LEIVA (2009, p.160).

Como se pode observar, seis dessas bibliotecas nacionais usam a Lista de Encabezamientos de Materia para Bibliotecas (LEMB), editada pela Biblioteca Luis Ángel Arango da Colômbia publicada em 1985. A Lista de Encabezamientos de Materia de Carmen Rovira, publicada em 1967, também segue sendo utilizada.

2.6 A perda de relevância das ferramentas documentais

Na época dos catálogos manuais, os bibliotecários redigiam os cabeçalhos de assuntos e construíam os catálogos alfabéticos de assuntos enquanto se ocupavam em paralelo do controle do vocabulário e da segurança da uniformidade na indexação.

Mediante procedimentos manuais ou mecânicos, os registros catalográficos se repetiam todas as vezes que se requeria o número de cabeçalhos ou pontos de acesso recebidos por cada obra. As fichas remissivas eram elaboradas e inseridas na mesma seqüência alfabética dos assuntos, junto aos demais registros que compunham o catálogo alfabético de assuntos para orientar o usuário na procura de assuntos equivalentes, associados ou hierarquicamente relacionados.

Da compilação sistematizada dos pontos de acesso dos catálogos alfabéticos de assuntos surgiam como produto bibliográfico independente, as denominadas *Listas de cabeçalhos de assuntos*.

De forma paulatina, as tarefas específicas da catalogação de assuntos têm perdido presença dentro dos processos de catalogação automatizada.

A gestão dos processos documentais ganhou em eficiência, em termos gerais, mas o usuário viu prejudicada a qualidade da recuperação temática nas bibliotecas e gradualmente foram desistindo da utilização de estratégias que não são úteis para a resolução de suas demandas.

Isso poderá ser confirmado por estudo realizado por Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 18), realizado com usuários de bibliotecas universitárias brasileiras, cujos resultados revelam que:

[...] a linguagem documentária utilizada na indexação não corresponde àquela utilizada por eles no momento da recuperação da informação [...]. Com relação à especificidade, consideram que a linguagem utilizada no catálogo deve ser mais específica para atender suas necessidades de busca.

Afirmam ainda que "o sistema de busca e recuperação por assunto do catálogo *on-line* deveria funcionar à semelhança daquele de uma base de dados de artigos de periódicos, com especificidade e precisão [...]" (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p.18). Esses resultados são indicativos importantes para demonstrar que a recuperação temática em catálogos online é afetada pela perda de relevância temática das ferramentas documentais.

Simultaneamente, a extensão do uso da Internet como repositório de informação e de seus potentes motores de busca baseados em técnicas de indexação automática, modificaram os comportamentos de informação relacionados com a busca e recuperação temática.

3 As interações necessárias entre a disciplina e a profissão

Nos parágrafos anteriores analisamos de maneira detalhada os efeitos que a extensão dos OPAC e a conseguinte reconversão retrospectiva dos antigos catálogos manuais produziram sobre a catalogação de assuntos.

No conjunto, estes acontecimentos têm produzido transformações substanciais sobre as formas de desenvolver as diferentes atividades profissionais relacionadas com a catalogação temática e conseqüentemente, também, tem modificado as maneiras de fomentar a formação de profissionais nos contextos acadêmicos.

Neste sentido, é preciso desenvolver investigações orientadas que permitam descobrir e explorar as novas possibilidades de recuperação temática nos ambientes digitais, como, em paralelo, repensar criticamente os conteúdos curriculares e os métodos que se estão utilizando para desenvolver nos estudantes competências em análises e representação temática.

A Biblioteconomia e a Documentação são ciências claramente interdisciplinares, a sua aprendizagem requer programas formativos que podem escolher entre aproximações teóricas e metodológicas procedentes de diversas fontes e disciplinas científicas (Ciências Sociais, Humanidades, Tecnológicas, etc.)

O trabalho bibliotecário se caracteriza pela ênfase na função de mediação social. Então, é muito importante aos futuros profissionais, que necessariamente terão atuação em ambientes sociais marcados de maneira permanente pelas mudanças, possam desenvolver competências

sobre a análise, a representação e a busca da informação, assim como sobre os princípios – provavelmente menos evidentes– da organização do conhecimento. Assim, é de vital importância que a elaboração dos planos formativos recolha convenientemente o conjunto de competências e saberes que requer esta Sociedade do Conhecimento permanentemente projetada no futuro. Essa é a intenção que impulsionou a elaboração, no âmbito espanhol do Libro Blanco, *Título de Grado en Información y Documentación* (AGENCIA NACIONAL DE AVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN, 2004), procurando harmonizar, na medida do possível, a formação proporcionada nas universidades às demandas do mercado de trabalho (AGUSTÍN LACRUZ; GÓMEZ DÍAZ; FUJITA, 2011a, p. 91-92).

4 Recomendações acadêmicas orientadas à melhora

No exercício da responsabilidade institucional, as universidades se preocupam em proporcionar aos estudantes qualificação de alto nível orientada aos desempenhos profissionais. Assim, no âmbito da formação superior é geral o discurso em torno da educação durante toda a vida, a empregabilidade e a polivalência ocupacional.

É relevante a ideia que as aprendizagens devem orientar-se à aquisição de habilidades ou destrezas e até a capacitação para a realização de procedimentos, perfilando-se como um novo vetor de interesse educativo o conceito de competência (AGUSTÍN LACRUZ, GÓMEZ DÍAZ, FUJITA, 2011b). –

Para melhorar a aprendizagem da indexação e a catalogação de assuntos em ambientes bibliotecários é possível propor ações de distintos contextos de intervenção:

4.1 Do contexto docente

É interessante, em linhas gerais promover a busca de presença curricular nos planos de estudo das disciplinas de indexação e de catalogação de assuntos. De forma especial, se recomenda favorecer o desenvolvimento e a aplicação de metodologias de ensino específicas de enfoque sociocognitivo, como *o portfólio e a interação prática como os contextos profissionais bibliotecários*. Fujita (2007) recomenda para o professor de indexação adotar as propostas de Portfólio de Fourie (2003) e adotar o princípio da contextualização social da Ciência da Informação de Hjørland e Albrechtsen (1995) com a finalidade de obter uma percepção de cada contexto profissional determinado e de seus contextos cognitivos. Também resulta interessante o *modelo de leitura documental*, que permite combinar a exploração da estrutura textual de documentos, como livros ou artigos científicos, com a identificação de conceitos para a seleção de termos de indexação. A aplicação do Modelo de Leitura Documental para o ensino da indexação foi proposto para desenvolver a identificação e seleção de conceitos durante a fase de leitura dos documentos (FUJITA e RUBI, 2006). Assim mesmo, *o protocolo verbal interativo* é uma técnica que se aplica entre pares de alunos. Consiste em

promover a discussão de aspectos identificados como duvidosos no processo da indexação com o objetivo de alcançar níveis de aprendizagem similares entre ambos, e de adquirir certo nível de conhecimento do domínio especializado da biblioteca (FUJITA, 2009a).

As metodologias de ensino de raiz sociocognitiva para a aprendizagem da indexação estão orientadas ao redor do sujeito que realiza uma determinada atividade enquadrada na sua perspectiva histórica e cultural. Estas metodologias surgiram como uma proposta que consolidava a vinculação entre a profissão e o ensino com dois objetivos de: a) fazer possível o contato dos estudantes de indexação com os contextos reais de bibliotecas ou de serviços de bases de dados; e de b) desenvolver a interação cognitiva, para isto é necessário que o ensino de indexação incorpore a observação do processo de aprendizagem realizado pelo estudante.

4.2 Do contexto de pesquisa

Para melhorar a investigação sobre a catalogação de assuntos do livro resulta de grande interesse realizar uma análise das ferramentas léxicas e terminológicas utilizadas para a indexação nas bibliotecas (Listas de cabeçalhos de assuntos, listados de autoridades, tesouros etc.), seu léxico, suas relações semânticas e sintáticas, seu sistema de referência, etc.; assim como as propostas requeridas de aprimoramento e atualização, mediante estudos históricos e epistemológicos e análise da interoperabilidade de linguagens documentais especializadas (BOCCATO, 2009).

Por outra parte, é preciso desenvolver investigações centradas na indexação de livros em contextos bibliotecários concretos de avaliação da consistência da indexação para observar a precisão, relevância e especificidade das buscas por assuntos nos catálogos de bibliotecas, e de elaboração de políticas de indexação para as bibliotecas com redação de manuais de indexação (FUJITA, 2009c; GUIMARAES, 2004; GIL LEIVA, 2008).

Também é necessário ampliar e atualizar os resultados do processo indexador, ou seja, a análise dos pontos de acesso temáticos nos catálogos bibliotecários, assim como o comportamento dos usuários em suas estratégias de busca temática mediante avaliação do comportamento dos usuários na busca de informação nos catálogos online (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009).

5 Conclusões

Depois de analisar os distintos aspectos das atividades profissionais relacionadas com a indexação e a catalogação de assuntos nas bibliotecas e, em seguida, observar a evolução das tarefas profissionais associadas se faz patente a divergência entre os catálogos bibliotecários e os processos de tratamento temático implicados.

Com a adoção das aplicações informáticas e os registros catalográficos que incluíam os assuntos, se perdeu a vigência das ferramentas de indexação, já que resultavam desnecessárias. Simultaneamente se deteriorou a consistência dos catálogos ao incorporar os registros capturados sem ter em consideração as características concretas de cada biblioteca.

As políticas de gestão da informação primaram pela quantidade de registros capturados frente ao resto de processos de análises e representação, prejudicando a qualidade da recuperação por assuntos que se realizavam através do catálogo da biblioteca.

Este conjunto de fatores provocou uma notória diminuição do número de profissionais dedicados à catalogação de assuntos, assim como a redução dos conteúdos formativos vinculados à aprendizagem do tema que se ensinava nas universidades.

Em artigo que apresenta resultados de uma pesquisa sobre a inserção de profissionais no mercado de trabalho, os pesquisadores Tejadas Artigas e Moreira Gonzalez (2003, p. 8) concluem que "A universidade, responsável pela formação de profissionais, deve estudar a inserção no mercado de trabalho de seus graduados para assim poder adequar seus programas acadêmicos." Contudo nas universidades temos que valorizar o ensino da catalogação de assuntos e entender que nos âmbitos acadêmicos é possível contribuir para o avanço desta, incidindo na qualidade de formação inicial e contínua.

Isto redundará também num incremento da qualidade de produtos, processos e ferramentas implicados na indexação em bibliotecas.

Finalmente, coletamos algumas considerações encaminhadas à reformulação da presença da indexação dentro dos programas formativos:

a) é importante valorizar a indexação como um processo técnico que se encontra no centro das tarefas de mediação e apropriação social do conhecimento que tem lugar nas bibliotecas, instituições públicas com grande impacto social dentro das sociedades digitais, na qual concorrem pessoas de diferentes idades, religiões, níveis sociais, educativos etc.;

b) é necessário melhorar a competência de indexação dos profissionais que deverão se encarregar de processar textos de temáticas cada vez mais especializadas;

c) é conveniente fazer formulações mais inovadoras e criativas da indexação adaptada ao contexto digital atual para melhorar o rendimento na recuperação por assuntos, sendo que as TIC têm permitido superar a rigidez da catalogação descritiva e a indexação pré-coordenada clássica;

d) é recomendável ensinar aos futuros profissionais a interagir com ferramentas léxicas e terminológicas que são cada vez mais acessíveis, potentes e versáteis e que, além disso, estão continuamente em processo de atualização.

Referências

AGENCIA NACIONAL DE AVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN. Título de grado en información y documentación. Madrid: Agencia Nacional de Evaluación de la calidad y Acreditación, 2004. Disponible en: <[http://](http://www.aneca.es/media/150424/libroblanco_jun05_documentacion.pdf)

www.aneca.es/media/150424/libroblanco_jun05_documentacion.pdf>. Acceso en: 26 oct. 2011.

BRASIL. Presidencia da República. Lei nº10.753 de 31 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. *Diário Oficial da União*, 31 de outubro de 2003.

AGUSTÍN LACRUZ, M. del C. Bibliotecas digitales y sociedad de la información. *Scire: Representación y organización del conocimiento*, v. 4, n. 2, p. 47-62, 1998. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1097/1079>>. Acesso em: 13 fev. 2012

AGUSTÍN LACRUZ, M. del C.; GÓMEZ DÍAZ, R.; FUJITA, M. S. L. Aprendizagem baseada em competências em informação e documentação. *Transinformação*, v. 23, n.2 2011a. p. 89-94.

_____. Diseño cooperativo en entornos digitales de actividades de aprendizaje y evaluación para la adquisición de competencias en información y documentación. *In: BUENAS prácticas en la docencia universitaria con apoyo de TIC: experiencias en 2010*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2011b. p. 75-84

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Estudo comparativo entre vocabulários controlados de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO (CBBBD)*, 24., Maceió, 2011. *Anais...* Brasília: FEBAB, 2011. p. 1-13.

BOCCATO, V. R. C. *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal*. 303f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CHAN, L. M. A subject cataloging code? *Cataloging and classification quarterly*, v. 10, n. 2, p. 202-204, 1989.

FATTAHI, R. Library cataloguing and abstracting and indexing services: reconciliation of principles in the online environment? *Library Review*, v. 47, n. 4, p. 211-216, 1998.

FOURIE, I. How can we take a socio-cognitive approach in teaching indexing and abstracting? *The Indexer*, v. 5, n. 2, p. 83-85, 2003.

FOSKETT, A. C. *The subject approach to information*. 3. ed. A.C. Hamden: Linnet Books, 1977.

FUJITA, M. S. L. La enseñanza de la lectura documentaria en el abordaje cognitivo y socio-cognitivo: orientaciones a la formación del indizador. *Anales de Documentación*, v. 10, p.1-16, 2007.

_____. Abordaje cognitivo de la lectura documentaria en la formación inicial del indexador: uso del protocolo verbal en la investigación de estrategias de enseñanza. *Scire: Representación y organización del conocimiento*, v. 15, p. 1-12, 2009a.

_____. O contexto da indexação para a catalogação de livros: uma introdução. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b. p. 6-10.

_____. A indexação na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação, educação e futuro. In: FUJITA, M. S. L. (Org.). *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009c. p. 87-93.

_____. O contexto profissional do indexador no ensino de indexação. *Encontros Bibli*, v. 15, p. 91-104, 2010.

FUJITA, M. S. L.; GIL LEIVA, I. Política de indización en latinoamerica. *IBERSID: revista de sistemas de información y documentación*, v. 2009, p. 155-162, Disponible en: <<http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3735/3496>> Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Política de indexação latinoamericana. Marília: FFC/UNESP, 2009. 102p.

FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire: Representación y organización del conocimiento*, v. 12, p. 47-69, 2006.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-24, 2009.

GIL-LEIVA, I. Manual de indización: teoría y práctica. Gijón: Trea, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. G. (Coord.). *Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas*. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52.

HJØRLAND, B., ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, 1995, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. *Scire: Representación y organización del conocimiento*, v. 16, p. 61-70, 2010.

MINISTERIO DE CULTURA. Dirección General del libro y bibliotecas. (1994). Lista de encabezamientos de materia para las bibliotecas públicas. 2. ed. rev. Madrid: Ministerio de Cultura, 1994.

REYNOLDS, S. J. Theory there is no solution: the impediments to a subject cataloging code. *Library Quarterly*, v. 59, n. 3, p. 223- 238, 1989.

TEJADA ARTIGAS, C.; GONZALEZ MOREIRO, J. A. Mercado de trabajo en biblioteconomía y documentación. Estudios sobre la inserción laboral de los titulados universitarios. *El Profesional de la Información*, v.12, n.1, Ene/Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

YOUNG, J. B. Crisis in cataloging revisited: the year's work in subject analysis. *Library Resources & Technical Services*, v. 35, n. 3, p. 265-282, 1990.